



Caderno Técnico

Ano II nº 004 - Dezembro de 2017

LEISHMANIOSE VISCERAL NO ESTADO DE GOIÁS: EPIDEMIOLOGIA, VIGILÂNCIA E CONTROLE

Sonaide Faria Ferreira Marques (CRMV/GO 1423)¹

Fabício Augusto de Sousa (CRMV/GO 2249)²

¹ Médica Veterinária da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

² Médico Veterinário da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

INTRODUÇÃO

A Leishmaniose Visceral (LV) destaca-se como uma das zoonoses endêmicas mais importantes no território goiano. Afeta principalmente as populações mais pobres, aquelas que vivem em zona rural ou em áreas de periferia urbana. Entre outros, a doença apresenta sintomas como febre, aumento do volume do fígado e do baço, emagrecimento, complicações cardíacas e circulatórias, desânimo, prostração, apatia e palidez (BRASIL, 2017).

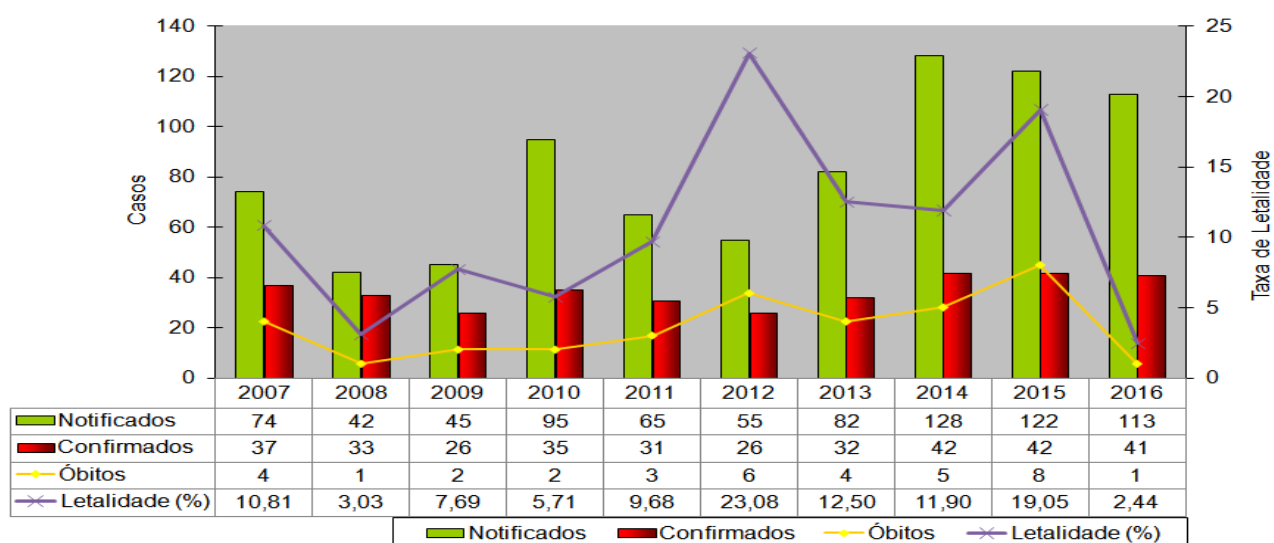
Inicialmente restringia-se a zona rural, mas atualmente é notável sua urbanização, determinando um novo perfil epidemiológico. Na área urbana, o cão é a principal fonte de infecção do vetor sendo que a enzootia canina tem precedido a ocorrência

de casos de Leishmaniose Visceral Humana (LVH). A Leishmaniose Visceral Canina (LVC) tem sido mais prevalente do que no homem. No ambiente silvestre, os reservatórios são as raposas e os marsupiais. A forma de transmissão se dá pela picada de vetores do gênero *Lutzomyia longipalpis* infectados pela *Leishmania infantum* (BRASIL, 2017).

A LV é negligenciada pela maioria dos profissionais de saúde e pela população em geral. Assim, este artigo tem a finalidade de trazer informações sobre a situação epidemiológica, forma de prevenção, controle e os procedimentos adotados diante de casos suspeitos no Estado de Goiás.

PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO DA LV EM GOIÁS

NÚMERO DE CASOS, ÓBITOS E LETALIDADE POR LEISHMANIOSE VISCERAL HUMANA
(GOIÁS - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA - 2007 A 2016)



Média de 35 casos/ ano

Letalidade média de 10,59%

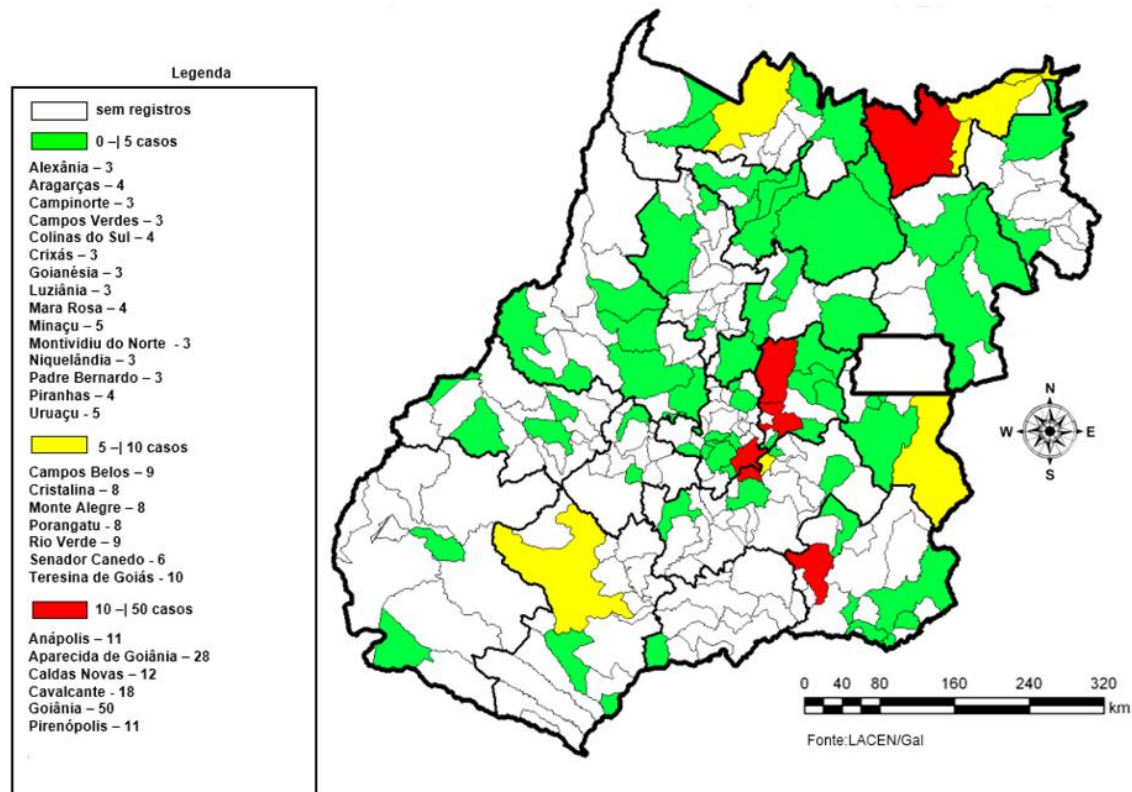
Áreas com casos de LVH se estendem por todo o estado. Nos últimos dez anos foram notificados 821 casos (82/ano) dos quais 345 (34/ano) foram positivos e destes 36 evoluíram para óbito (3,6/ano). O maior número de óbitos, de casos autóctones, nesta década foi registrado no município de Pirenópolis. A taxa de letalidade ficou em torno de 11% (SUvisa, 2017) percentual superior à média nacional que é de 6,5% (SVS, 2017).

As pesquisas entomológicas realizadas pelo Laboratório Central de Goiás (LACEN) detectaram a presença de *Lutzomy-*

ia longipalpis em 42 municípios, principalmente na região centro norte. Entre 2007 e 2016 registrou-se 2.455 casos LVC (223/ano). Os municípios que mais confirmaram casos foram Porangatu, Caldas Novas, Anápolis, Pirenópolis, Cavalcante, Teresina e Uruaçu (SUvisa, 2017).

As regiões onde ocorreram casos de LVC são coincidentes àquelas com casos de LVH e também onde foram identificados vetores, demonstrando assim a presença dos principais componentes do ciclo de transmissão da LV em grande parte do território goiano (SUvisa, 2017).

MUNICÍPIOS COM CASOS CONFIRMADOS DE LEISHMANIOSE VISCERAL HUMANA (GOIÁS - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA - 2007 A 2016)



VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA LV EM GOIÁS

As Doenças de Notificação Compulsória (DNC) no Brasil estão relacionadas na portaria M.S n. 204 de 17 de fevereiro de 2016 e na Instrução Normativa MAPA nº 50 de 24 de setembro de 2013. Sua comunicação é obrigatória ao serviço oficial (SO) representado, em nível federal, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério da Saúde (MS) no que se refere a saúde animal e à saúde humana respectivamente. Também fazem parte do SO as secretarias de saúde e de agricultura dos estados e dos municípios.

Estas normativas são extensivas a todos os profissionais de saúde e àqueles de áreas correlatas, principalmente no que se refere a notificações das doenças zoonóticas.

Portanto, é dever a informação da suspeição ou ocorrência daquelas enfermidades uma vez que a inobservância deste fato é considerada infração prevista em lei e pressupõe penalidades que vão desde simples advertências até multas. Além disso, as subnotificações das ocorrências prejudicam o planejamento para a prevenção e o controle.

A vigilância epidemiológica da LV segue basicamente as recomendações descritas no Guia de Vigilância Epidemioló-

gica (GVE) e no guia específico do Programa de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral (PVCLV) do Ministério da Saúde (SVS, 2017).

Em Goiás, a Superintendência de Vigilância em Saúde (SU-VISA) é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades dirigidas ao PVCLV nos 246 municípios do estado.

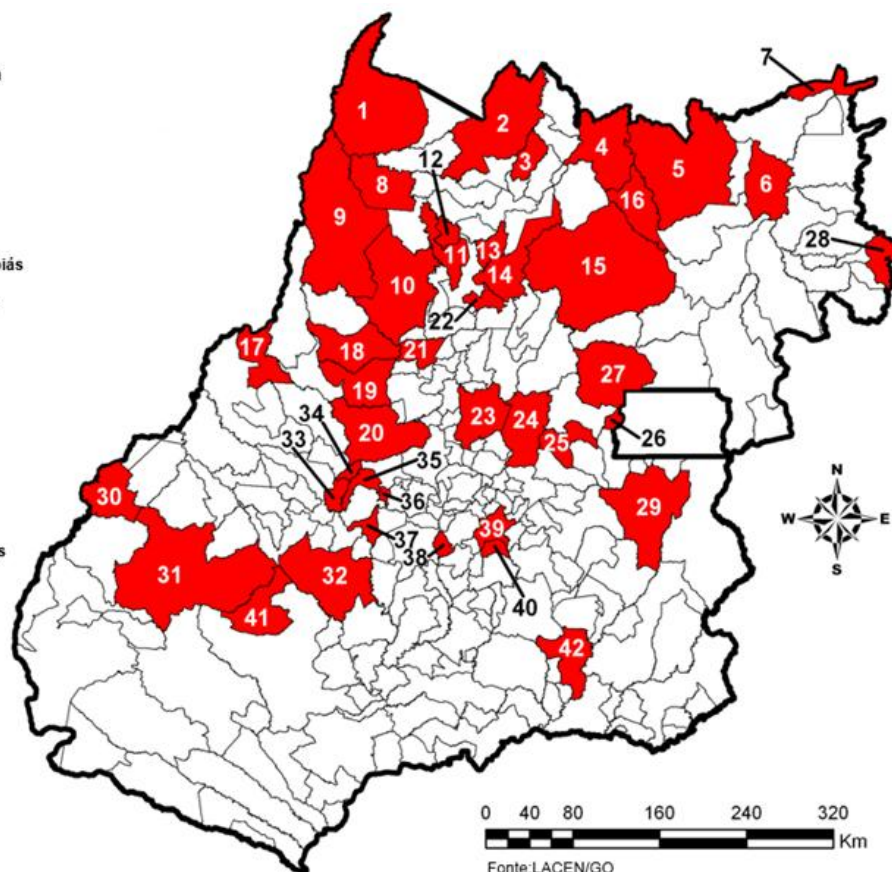
Primariamente as notificações dos casos de LV, são encaminhadas ao SO municipal que desencadeia ações de investigação especificamente a cada componente do programa que tem como eixo principal a vigilância de casos humanos, dos vetores e dos casos caninos (BRASIL, 2017).

A vigilância de casos humanos inclui, principalmente, a assistência ao paciente, o diagnóstico e tratamento, investigação e detecção do local provável de infecção e a busca ativa de novos casos. A vigilância entomológica tem como objetivo o levantamento de informações de caráter quantitativo e qualitativo sobre os flebotomíneos transmissores da LV (BRASIL, 2017). As ações referentes aos cães serão detalhadas a seguir.

MUNICÍPIOS COM PESQUISA POSITIVA PARA *Lutzomyia longipalpis* (GOIÁS - 2007 A 2016)

Municípios

- 1 – São Miguel do Araguaia
- 2 – Porangatu
- 3 – Santa Tereza de Goiás
- 4 – Minaçu
- 5 – Cavalcante
- 6 – Nova Roma
- 7 – Campos Belos
- 8 – Mundo Novo
- 9 – Nova Crixás
- 10 – Crixás
- 11 – Santa Terezinha de Goiás
- 12 – Campos Verdes
- 13 – Nova Iguaçu de Goiás
- 14 – Uruaçu
- 15 – Niquelândia
- 16 – Colinas do Sul
- 17 – Britânia
- 18 – Araguapaz
- 19 – Faina
- 20 – Goiás
- 21 – Rubiataba
- 22 – Hidrolina
- 23 – Jaraguá
- 24 – Pirenópolis
- 25 – Corumbá de Goiás
- 26 – Águas Lindas de Goiás
- 27 – Padre Bernardo
- 28 – Mambá
- 29 – Luziânia
- 30 – Baliza
- 31 – Caiapônia
- 32 – Paraúna
- 33 – Córrego do Ouro
- 34 – Buriti de Goiás
- 35 – Sanclerlândia
- 36 – Adelândia
- 37 – Firminópolis
- 38 – Campestre de Goiás
- 39 – Goiânia
- 40 – Aparecida de Goiânia
- 41 – Montividiu
- 42 – Caldas Novas



AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA LVC

O cão suspeito de LVC é todo aquele proveniente de área endêmica ou onde esteja ocorrendo surto e que apresente manifestações clínicas compatíveis com a doença (BRASIL, 2017).

A confirmação do caso canino poderá ser por critério laboratorial, quando o animal suspeito apresentar no mínimo dois testes laboratoriais positivos, ou por critério clínico epidemiológico quando o animal for proveniente de áreas endêmicas e apresentar quadro clínico compatível com LVC (BRASIL, 2017). O cão infectado é aquele assintomático, com sorologia reagente e/ou parasitológico positivo em município com transmissão confirmada, ou procedente de área endêmica (BRASIL, 2017).

No Estado de Goiás a notificação de todo caso suspeito de LVC é recomendada. Portanto, a partir desta a investigação é realizada identificando-se o local provável de infecção, a residência do cão suspeito e os procedimentos de coleta de sangue para triagem dos animais positivos, com kits de teste rápido. A confirmação diagnóstica é feita no LACEN utilizando-se a metodologia de Ensaio Imunoenzimático (ELISA).

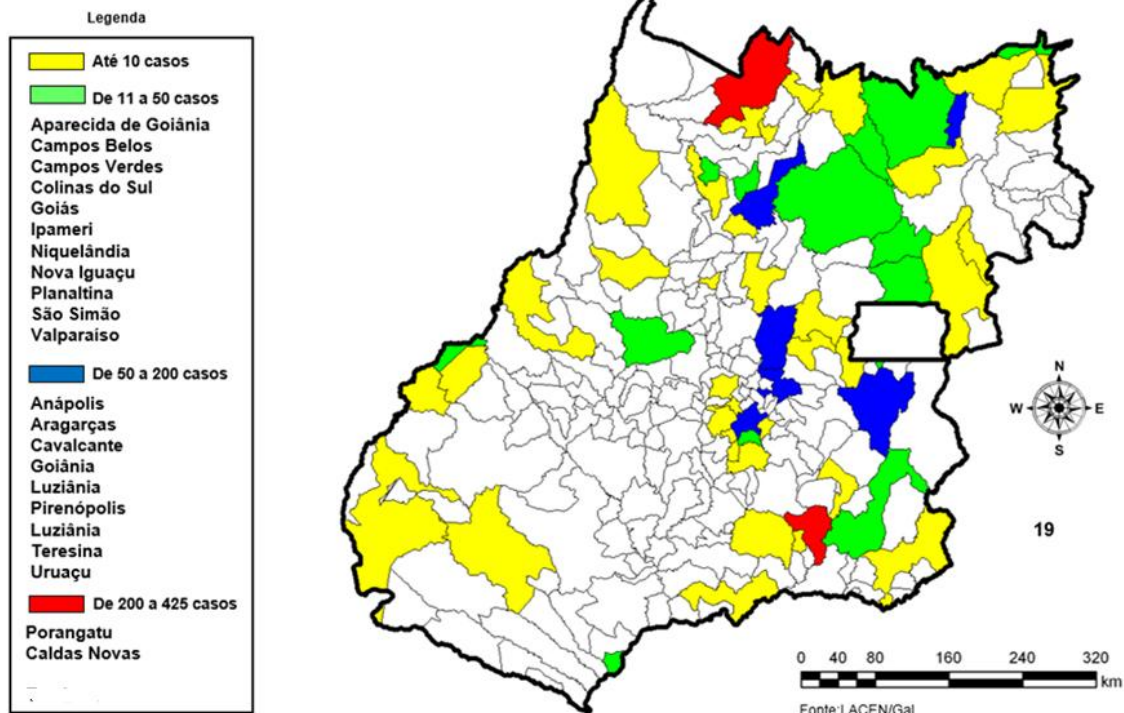
Diante da confirmação de LVC o tutor do animal deve ser esclarecido sobre os procedimentos legais. A orientação é que o animal seja encaminhado para eutanásia ou para tratamento conforme a situação em questão.

O tratamento de cães positivos para LVC não é considerado medida de saúde pública, portanto o Sistema Único de Saúde (SUS) não dispõe de medicamento para este fim. Porém, o mesmo pode ser realizado como medida de saúde individual para o animal (Nota Técnica Nº 1/2016/CPV/DFIP/SDA/GM/MAPA). Neste caso o cão deverá ser acompanhado permanentemente por um médico veterinário da rede particular, que se responsabilizará pela realização do tratamento segundo as recomendações, do fabricante do medicamento (Miltefosina) que entre outras inclui, o procedimento de exames periódicos, novo tratamento se constatado o aumento da carga parasitária do animal e uso permanente de coleira repelente.

Se o tratamento não for viabilizado pelo tutor do cão ou se for interrompido, a eutanásia será o procedimento indicado pelo SO, que a procederá gratuitamente e dentro das normas estabelecidas na Resolução do CFMV nº 1000, de 11 de Maio de 2012, mediante ciência do responsável pelo animal.

Por fim, o SO realiza as medidas voltadas à população da região de ocorrência da LVC que é alertada quanto ao risco da transmissão, executam-se as medidas preventivas para eliminação dos prováveis criadouros do vetor, a busca ativa de cães sintomáticos, o monitoramento e inquérito sorológico canino e as ações de limpeza urbana.

MUNICÍPIOS COM CASOS CONFIRMADOS DE LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA (GOIÁS - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA - 2007 A 2016)



CONCLUSÃO

Frente à complexidade e em virtude das características epidemiológicas e do conhecimento ainda insuficiente sobre os vários elementos que compõem a cadeia de transmissão da LV no Estado, as estratégias de prevenção e controle ainda são pouco efetivas. Infere-se assim a intensificação do trabalho nos municípios frente à investigação dos casos, melhoria na comu-

nicação informacional dos ocorridos, maior envolvimento dos profissionais de saúde da rede privada, programação de políticas de posse responsável e controle populacional e a realização de educação continuada com os profissionais de saúde e com a população em geral.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Volume 03. Brasília 2017.
- SUVISA. Superintendência de Vigilância em Saúde. <http://www.visa.goias.gov.br>
- SVS. Secretaria de Vigilância em Saúde. <http://portalsaude.saude.gov.br>

COMUNIQUE A SUSPEITA DE LV À REDE OFICIAL DE SAÚDE

Unidade Notificante	Contato
Coordenação Estadual de Zoonoses	(62) 3201-2683
Núcleos de Vigilância Epidemiológica (NVE)	Secretarias Municipais de Saúde
Vigilância em Zoonoses de Aparecida de Goiânia	(62) 3545-5921
Centro de Controle de Zoonoses de Anápolis	(62) 3328-8031
Diretoria de Vigilância em Zoonoses de Goiânia	(62)3524-3124
Unidade de Vigilância em Zoonoses de Itumbiara	(64) 3559-1001
Unidade de Vigilância em Zoonoses de Jataí	(64) 3636-1016
Unidade de Vigilância em Zoonoses de Luziânia	(61) 3621-4448
Unidade de Vigilância em Zoonoses de Porangatu	(62) 3362-5097
Unidade de Vigilância em Zoonoses de Rio Verde	(64) 3620-2164